

Haverá futuro

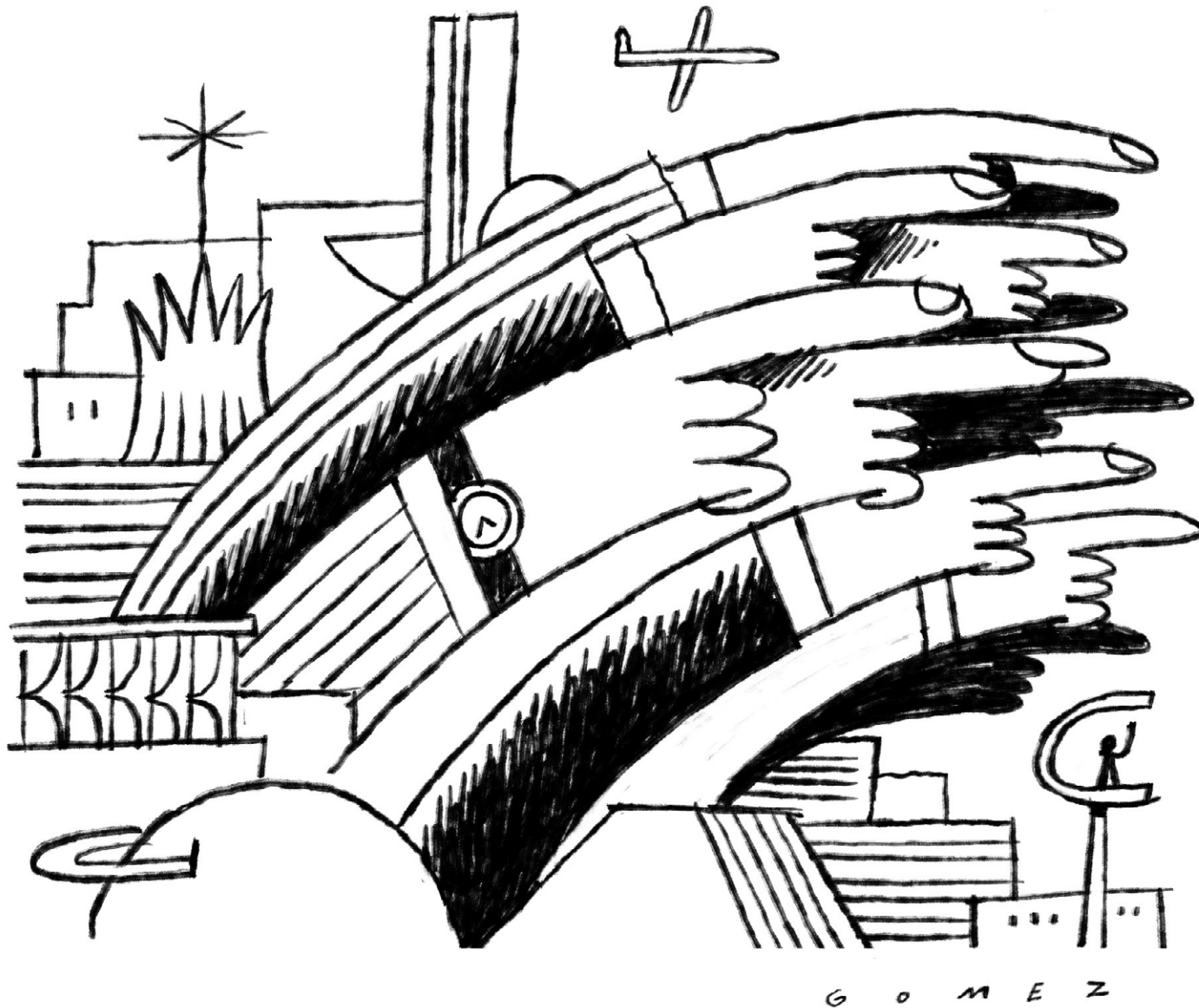
» IZALCI LUCAS

Senador da República e líder do PSDB-DF no Senado Federal

Os romanos já diziam que a esperança da colheita está na sementeira. “Semeando bem, haverá colheita. Semeando errado, não haverá futuro.” Aqui no Distrito Federal vivem trabalhadores, profissionais e servidores públicos de excelência que lutaram e venceram os desafios de fazer de Brasília a capital de todos os brasileiros. Para a sementeira foi necessário conquistar a autonomia política e, em seguida, o Fundo Constitucional do DF, que garante os recursos para as áreas de segurança, saúde e educação. Se no começo vivíamos de pires na mão, após o reconhecimento da importância de nossa capital, o périplo constante e humilhante em busca de recursos junto ao governo federal deixou de existir e passamos a semear bem e colocar Brasília em seu merecido lugar de destaque, de capital do país.

No início, éramos governados por gestores indicados pelo presidente da República e representados em uma Comissão no Congresso por senadores de outros estados que não tinham tempo, vontade ou sequer interesse pela nossa capital. Não se reuniam, não acolhiam as demandas, não decidiam. E, como não tínhamos representantes no Congresso Nacional, a cidade ficava à mercê da boa vontade dessa comissão.

O governador indicado trazia uma equipe de fora da cidade que não tinha conhecimento dos problemas locais nem vínculos políticos, assim, os projetos quase nunca eram concluídos, embora a cidade continuasse a receber novos habitantes vindos de várias regiões do país. Os recursos transferidos pela União não eram suficientes para financiar os serviços públicos essenciais. O descaso e a falta de voz passaram a incomodar a população e, a partir dos anos 1980, com os ventos da democracia, foi dada a largada pela autonomia. Sindicatos, associações, movimentos estudantis e, sobretudo entidades de classe capitaneadas pela Associação Comercial do DF (ACDF) se uniram pela causa e já em 1988 tivemos representantes na elaboração da Constituição Federal. Nas eleições seguintes, elegemos o nosso governador e, a partir dali, a população representada em todos os níveis pode lutar por direitos e melhores condições de vida na capital do país.



É bom sempre lembrar que a luta pela autonomia do DF resultou no primeiro comício público ainda durante o regime militar, no ano de 1981, na Praça dos Artistas no Setor Comercial Sul, com a presença dos deputados Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Luís Inácio da Silva e Leonel Brizola. Após esse comício e em seguida à campanha das Diretas Já, manifestações e comícios foram se espalhando pelo país e contagiando os brasileiros em cada canto. Em 1982 a nossa capital já simbolizava o apelo e a vontade pela redemocratização do país.

Entretanto, após as manifestações ocorridas no último 8 de janeiro, aproveitaram-se da tragédia para eleger a capital como vilã e tentar retirar seus direitos conquistados democraticamente com muita luta e trabalho daqueles que para cá vieram em busca de melhores dias. Para destruir um povo, primeiro tira-se seu sustento e, assim, debilitado ele perde a voz. Por isso, o primeiro ataque teve como alvo o Fundo Constitucional do DF, que representa pouco mais de 40% do orçamento da capital e é fundamental para financiar os serviços públicos essenciais. Neste ano, a estimativa de arrecadação da receita própria de Brasília para é de R\$ 34,39 bilhões. Já o repasse do Fundo Constitucional do DF (FCDF)

será de R\$ 22,97 bilhões, totalizando, assim, um orçamento de R\$ 57,36 bilhões para o DF.

Brasília é a capital do país e sempre foi local de grandes manifestações. Mesmo assim, a nossa segurança pública sempre se mostrou preparada para a manutenção da ordem. Temos a polícia mais preparada do Brasil. O que aconteceu no último domingo (8) foi uma exceção. Não podemos deixar que usem esse fato de que conhecemos o tamanho e o prejuízo para tirar de nossa capital as conquistas e os direitos adquiridos a duras penas. Temos consciência das falhas e dos erros cometidos nesse triste episódio, mas a população não pode nem vai pagar por aquilo de que não tem culpa.

Sabemos e temos a consciência de que o dinheiro público é escasso e precioso. Mas não se pode usar a vontade de culpar alguns para vilipendiar Brasília, capital de todos os brasileiros, símbolo de nossa nação. A nossa capital, sede dos Três Poderes da República e hospedeira das embaixadas e de representações de nações, bem como sua população de mais de 4 milhões de cidadãos que vivem e trabalham no DF e entorno não abrirão mão de seus direitos tão duramente conquistados. Não abriremos mão de nossa sementeira. Semeamos bem e assim o faremos para sempre haver futuro.

Um dos maiores desafios da educação para o governo

» THIAGO ZOLA

Gerente de Projetos Especiais da Mind Lab

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) se tornou o principal veículo de ingresso na universidade no Brasil nos últimos 20 anos. Porém, em 2022, recebeu um dos menores números de inscritos em 17 anos desde o início de sua realização, 3.476.266. Somente no ano passado, no auge da pandemia, é que o exame registrou inscrições inferiores, na faixa de 3,1 milhões. Além disso, o índice de abstenção na prova ficou em 32,4%. Com isso, 2.351.513 de candidatos realizaram efetivamente as provas, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que realiza o exame.

A edição 2022 ostenta outras marcas negativas. É quando se consolidou a menor participação de alunos vindos da rede pública, enquanto o percentual de concluintes do ensino médio privado não se alterou — apenas 1 em cada 4 alunos que terminou a escola pública se inscreveu no exame. Fato ainda mais agravado pelo menor número de participantes que se declaram negros, pardos e indígenas desde 2013, como mostrou um feito por pesquisadores da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), com apoio do Instituto Unibanco, com base em informações fornecidas pelo Inep.

Uma retrospectiva desde seu nascimento como um exame de “qualidade” do ensino médio demonstra que ele passou por várias mudanças e adaptações, sendo alvo de disputas políticas e ideológicas nos últimos anos, além de pautar o currículo do ensino médio, ainda muito focado nos conteúdos do exame. Além disso, com o advento da pandemia, o exame se tornou um instrumento de propagação da desigualdade social e educacional do país, visto que continuou sendo realizado sem nenhum tipo de adequação, mesmo com a longa paralisação das aulas nas escolas da rede pública, 50% superior às privadas.

Apesar das alterações ao longo dos anos, o Enem continua sendo uma avaliação que mede a capacidade de memorização, não valoriza a diversidade e muito menos as diferentes habilidades dos estudantes. Permanece desalinhado com as propostas pedagógicas do novo ensino médio, regulado por lei em 2017, que flexibilizou a jornada de aprendizagem, dando mais autonomia ao jovem na escolha das matérias em que se aprofundar, refletindo sua identidade, metas e sonhos para o futuro.

Por tudo isso, o Enem é um dos maiores desafios da educação para o novo governo. E uma das formas de superá-lo será adequando a avaliação ao conceito de Projeto de Vida, incluído nas bases do novo ensino médio. A ideia considera que o estudante vai desenvolver competências, habilidades e interesses, durante o período escolar, que lhe instrua a ter uma visão mais clara sobre o que faz mais sentido investir no seu futuro, não só profissional, mas também pessoal.

Nesse sentido, as alterações na avaliação devem estar alinhadas ao que um grupo de pesquisadores formado por psicólogos, economistas e educadores classificou como conhecimentos e habilidades para o século 21. Partindo de uma pesquisa sobre o que é esperado que os estudantes alcancem na escola para os seus futuros trabalhos, foram mapeadas competências e habilidades divididas em três grupos: cognitivo, intrapessoal e interpessoal. O primeiro faz referência aos processos mais tradicionais de aprendizagem, como criatividade, memória e pensamento. O segundo, considera a capacidade em lidar com emoções e moldar comportamentos para atingir objetivos. E o terceiro, envolve a expressão e interpretação de ideias.

Fazendo essas considerações, espera-se que as próximas avaliações do Enem almejem avançar muito mais além da inclusão de um tema na redação que, em 2022, foi “Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil”, e repercutiu positivamente. E, sim, seja composto por questões que partam e contribuam para avaliar as condições dos jovens em resolver problemas complexos, seu pensamento crítico, sua atitude empreendedora e criatividade. São essas as habilidades que estão sendo consideradas hoje no mercado de trabalho. E são elas que podem auferir maior credibilidade às aprovações no Enem e, inclusive, elevar a diversidade no ingresso à universidade.

Falsa contradição

» EDILSON DE SOUSA SILVA (TCE-RO) // Vice-presidente Executivo da Atricon

» SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO (TCE-ES) // Vice-presidente de Desenvolvimento do Controle Externo da Atricon

» JAYLSON CAMPELO (TCE-PI) // Diretor de Desenvolvimento do Controle Externo da Atricon

O maior desafio dos Tribunais de Contas brasileiros é também seu maior trunfo nos esforços de aperfeiçoamento da fiscalização da administração pública e do combate à corrupção. Essa aparente e falsa contradição se dá em razão de uma característica incomum no aparato estatal. As 33 Cortes de Contas existentes no país têm autonomia assegurada pela Constituição e exercem suas competências próprias sem submissão a um órgão superior. O que para alguns pode representar disfuncionalidade, na verdade é uma particularidade que enriquece e fortalece a experiência do controle externo.

A ausência de uma vinculação ou hierarquia, de natureza processual ou administrativa, permite o florescimento de inovações locais, que depois são compartilhadas entre as instituições na disseminação das melhores práticas. Estabelece uma necessidade de parceria, diálogo e coordenação que torna o trabalho conjunto uma ação integrada e consistente em cada canto do território.

Esse cenário induz a um contínuo processo de aperfeiçoamento dos Tribunais de Contas. Se não são responsáveis pela escolha e pela execução de políticas públicas, tarefa dos Legislativos e Executivos, as Cortes têm enorme capacidade de indução para o seu desenvolvimento. E é esse o papel que têm assumido com mais intensidade nos últimos anos. Sair do embate estéril e construir caminhos por meio do diálogo e da busca pelo consenso, que, apesar de ser utópico muitas vezes, serve para buscar equilíbrio maior entre a administração da vida política e o conhecimento técnico das normas que regem a administração pública.

Nada disso seria possível em uma estrutura engessada, que certamente traria alguns benefícios de padronização, mas também acarretaria impasses e burocracias que caracterizam sistemas rígidos. Em razão desse cenário, são naturais as diferenças que remanesçam quanto à organização dos Tribunais

de Contas e quanto aos procedimentos de fiscalização utilizados, ensejando a necessidade de uniformização e correção das assimetrias, providências que estão em franca operacionalização.

Um exemplo é o Programa Qualidade e Agilidade nos Tribunais de Contas do Brasil. Capitaneadas pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), as 33 instituições têm sido avaliadas, a cada dois anos, pelo programa. O procedimento de avaliação, que já se encontra no quarto ciclo, é rigorosamente certificado pela Fundação Vanzolini, maior certificadora da América Latina. Nesse programa, mesmo com esforço coletivo, ainda são detectadas assimetrias no sistema, que representam enormes desafios a serem superados, mas que são enfrentados com determinação.

Encerrado mais um ciclo de avaliação, foi constatada evolução em todos os indicadores, comprovando que os esforços que estão sendo empreendidos começam a surtir efeitos. Mas ainda há imensos desafios a serem enfrentados — e estão sendo —, já que não há passe de mágica na transformação das instituições, constituindo processo contínuo, cujos efeitos, conforme são percebidos pela sociedade, estão sendo alcançados.

Em outro exemplo, no tema da auditoria, há compromisso de assegurar que os trabalhos sejam desenvolvidos exclusivamente por auditores de controle externo, em conformidade com o modelo constitucional e de acordo com normas internacionais, desenvolvidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores e incorporadas no sistema de controle externo brasileiro como Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (Nbasp). A utilização do regramento objetiva promover uma auditoria cada vez mais independente e eficaz, apoiando os Tribunais de Contas no desempenho de sua missão constitucional, em benefício do povo brasileiro.

Ainda no quesito fiscalização, vale destacar o

exame da conformidade e das entregas à sociedade. Trata-se de um modelo de verificação que visa aferir, em última análise, a legalidade de atos e contratos, a avaliação de políticas públicas e o exame dos seus resultados, de modo a verificar se estão atingindo os objetivos. Considerando que as políticas públicas devem ter foco na melhora da vida das pessoas, é exatamente esse propósito que motiva tais ações.

Em outra frente, há vários anos os Tribunais de Contas firmam parcerias com outros órgãos, como Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Federal e controladorias, em busca da troca de informações e do trabalho conjunto. São resultados desse esforço um levantamento das obras paradas no Brasil e auditorias em educação e mobilidade urbana.

O compromisso com o aperfeiçoamento dos Tribunais de Contas também aparece nos significativos investimentos em tecnologia da informação e na capacitação de membros, servidores e jurisdicionados. Esses avanços detalhados até aqui só ocorrem por meio de articulação e cooperação, soluções que aparecem quando desafios são transformados em trunfos. Em conjunto, os Tribunais de Contas se colocam como indutores da boa gestão pública, na aferição dos resultados, na correção de rumos e na garantia da segurança jurídica — tudo feito de forma transparente, a partir de diálogo amadurecido.

Na atual quadra da existência dos Tribunais de Contas do Brasil, é possível assegurar que as instituições estão atentas à expectativa social existente e buscam valorizar uso do dinheiro público, devolvendo valor e benefícios para a população.

Muito ainda há por fazer, como corrigir assimetrias, uniformizar procedimentos e decisões, adotar instrumentos de controle uniformes e sinérgicos e formalizar ainda mais parcerias. Mas é certo que há muito as Cortes já consolidaram sua vocação e estão trabalhando arduamente para assegurar, cada vez mais, o bom uso dos recursos da nação brasileira.